

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2026**

*de 13 de julho de 2021*

**"Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber contrapartidas voluntárias de interesse público, e dá outras providências".**

*Clediane Areco Matzenbactier, Prefeita Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, na use de suas que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.*

### **Art. 1º.**

*Esta Lei autoriza e disciplina a celebração de instrumentos contratuais e termos de colaborações voluntárias com pessoas naturais e jurídicas de direito privado interessadas em contribuir de forma voluntária e gratuita com o interesse público municipal, sem gerar vínculo empregatício ou estatutário, nem obrigação de ordem trabalhista, previdência ou afim.*

### **Art. 2º.**

*O interessado em prestar SERVIÇO VOLUNTÁRIO à Administração Pública Municipal deverá dirigir-se à Secretaria de Governo Municipal para preencher o "TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO MUNICIPAL", conforme modelo do Anexo I, com o serviço que pretenda prestar que, por sua vez, deverá ser analisado pelo Prefeito Municipal poro decisão final.*

## **1°**

*Sendo o pedido deferido, o interessado deverá tomar ciência do decisão e, somente a partir de então, estará autorizado o iniciar os serviços, que será desempenhado sempre de acordo com os diretrizes estabelecidos pelo Poder Público.*

## **2°**

*Uma vez deferido e tendo, o 'TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO MUNICIPAL', sido devidamente preenchido e firmado pela autoridade competente, este deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos, do Secretaria Municipal do Administração, para arquivo em prontuários.*

## **3°**

*Para as Autarquias, Empresas e Fundações o 'TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO MUNICIPAL' após, devidamente, preenchido e firmado pelo autoridade competente da pasta, deverá ser encaminhado poro o Setor de Recursos Humanos de cada órgão.*

## **4°**

*Ao firmar o 'TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO MUNICIPAL', caberá ao interessado informar expressamente qual o sua disponibilidade de horário e os dias em que estará prestando os serviços por ele propostos.*

## **5°**

*Aquele que estiver prestando serviço voluntário e tiver o intenção de deixá-lo, deverá informar á Administração ou o órgão competente, com antecedência de 15(quinze) dias, para que a população não seja prejudicada com o interrupção do serviço prestado.*

**Art. 3°.** São direitos do pessoa Voluntária:

### **I.**

*ser respeitada quanto aos termos acordados no termo de adesão;*

## **II.**

*ser auxiliado na tarefa que for desempenhar, principalmente através do acesso aos meios necessários para a execução do serviço;*

## **III.**

*ter acesso a todas as informações e responsabilidades sobre o tarefa que estiver desempenhando;*

## **IV.**

*solicitar mudanças no trabalho que estiver exercendo sempre que necessitar;*

## **V.**

*receber o certificado de trabalho voluntário;*

## **Art. 4º.**

*Fica o poder executivo municipal autorizado a celebração de instrumentos contratuais e termos de colaboração voluntária com pessoas naturais e jurídicas de direito privado interessadas em contribuir de forma voluntária e gratuita com o interesse público municipal, visando à satisfação de interesse público, contemplando, em especial:*

### **I.**

*A cessão gratuito de bens e contrapartidas de serviços particulares para fruição pelo Poder Público ou pelo coletividade;*

### **II.**

*A administração gratuito de canteiros, praças e bens públicos sem utilização pelo administração;*

### **III.**

*A realização de cursos e treinamentos de qualificação profissional, desportivo, cultural e social em favor de servidores públicos e do população, em áreas de interesse público.*

### **1°**

*Para atender ao disposto do inciso I deste artigo administração poderá celebrar termos de comodato sobre bens de particulares colocados à sua disposição, assumindo exclusivamente os riscos de manutenção e reparo por casos de desgoste pelo uso normal rotineiro.*

### **2°**

*Os ajustes firmados para atender os dispositivos do inciso II poderão ser firmados mediante termos de permissão, precários, que estabeleçam as condições e responsabilidades do voluntariado ou ser empreendido, bem como recursos privados necessários para a implementação do objeto, admitindo-se, nesses casos, a autorização de porte do espaço para divulgação da atividade empresarial do voluntário, em parâmetros pré-estabelecidos em Decreto.*

### **3°**

*Movendo interesse público preponderante, poderá a administração empreender coparticipação nas ações e despesas necessárias para realização de cursos e treinamentos de qualificação profissional, desportivo, cultural e social em favor dos servidores e da população, em áreas de interesse público, admitindo-se a cessão de pessoal, prédios e equipamentos públicos necessários para essa finalidade.*

### **Art. 5°.**

*As pessoas naturais e jurídicas que empreenderem ações voluntárias, assim como cessão gratuita de bens e serviços em favor da administração ou da coletividade, quando incluídos em projetos adotados nos termos desta lei, poderão utilizar o certificado de "Amigo de Jardim/MS" e/ou "Empresário Amigo de Jardim/MS", com o layout exclusivo do projeto.*

**Art. 6°.**

*A administração poderá exigir contrapartida mínimas de investimento, benefícios ao poder público ou alcance social, para seleção de projetos contemplados nos termos desta lei.*

**Art. 7°.**

*Os instrumentos contratuais, termos de permissão, atos e ajustes equivalente celebrados nos termos desta lei deverão ser publicados no imprensa oficial no prazo de 30 (trinta) dias da sua assinatura.*

**Art. 8°.**

*Ocorrendo a formalização de manifestação de interesse de mais de uma pessoa quanto ao exercício de cessão, ação ou prestação voluntária e gratuita com objeto semelhantes, a qualquer tempo, deverá o administração promover chamamento público ou licitação poro a seleção do contratante.*

**Art. 9°.**

*Esta lei entra em vigor no data da sua publicação, revogando todos as disposições em contrário.*

## TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO MUNICIPAL

Nome:

Data de Nascimento:

RG:

CPF:

Registro Profissional:

Endereço (com complemento):

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone: ( )

( )

Endereço Eletrônico:

Escolaridade:

Curso:

Atividade/Empego atual:

Endereço (com complemento):

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone: ( )

( )

Cargo/função:

Venho, respeitosamente, solicitar a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal\_\_\_\_\_adesão ao Serviço Voluntário Municipal, nos termos da Lei Municipal nº \_\_\_\_\_ e Lei Federal nº 9608/1998, a ser prestado nas seguintes condições:

Trabalho voluntário na área de\_\_\_\_\_, desenvolvendo

atividades de \_\_\_\_\_ junto à \_\_\_\_\_, nos  
horários \_\_\_\_\_.

Declaro estar ciente e de acordo com o disposto na Lei Municipal e na Lei  
Federal 9608/1998, e de que o trabalho voluntário é atividade não  
remunerada, com finalidade assistencial, educacional e/ou recreativa, que  
não gera vínculo empregatício, funcional, nem quaisquer obrigações  
trabalhistas, previdenciárias e afins.

Jardim/MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Defiro a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Dra. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER**  
Prefeita de Jardim/MS

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

*Jardim-MS, 13 de julho de 2021.*

***DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER***  
***Prefeita***  
***Municipal***

\_\_\_\_\_  
*Lei Ordinária Nº 2026/2021 - 13 de julho de 2021*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*